

ELEIÇÃO AMAERJ

Amaerj será presidida pelo juiz Rossidélio Lopes no biênio 2014-2015



Chapa Autonomia e Valorização é a favor das eleições diretas no Tribunal e de maior participação no processo associativo

A chapa Autonomia e Valorização venceu, em 25 de novembro, a eleição dos membros da Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo e Fiscal da Amaerj. Pelos próximos dois anos, o juiz Rossidélio Lopes da Fonte, da 36ª Vara Cível, será o representante da magistratura fluminense. Quatro Regionais da Associação também têm novas diretorias.

Pág. 09

EVENTOS

Cerimônia de entrega do II Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos



A Orquestra Maré do Amanhã impressionou a todos com a execução do Hino Nacional brasileiro

Mais de 600 pessoas participaram da cerimônia de entrega do II Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos. A solenidade, realizada em 8 de novembro, reuniu magistrados, parlamentares, artistas e vítimas da violência no Estado do Rio. Confira nesta edição quem foram os ganhadores nas categorias Trabalhos Acadêmicos, Práticas Humanísticas e Redações do Ensino Fundamental.

Pág. 04

AMB

Chapa Unidade e Valorização vence eleição da AMB

O juiz João Ricardo, do Rio Grande do Sul, foi eleito o novo presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros. A Chapa Unidade e Valorização venceu com 59,35% dos votos e comandará a AMB durante o triênio 2014/2016. Oito magistrados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) representarão a magistratura fluminense na entidade nacional. O novo presidente é titular do 1º Juizado da 16ª Vara Cível de Porto Alegre.

Pág. 11

AÇÃO AMAERJ

Amaerj pede mais segurança nos fóruns

Entidade foi a público pedir mais segurança para os fóruns do Estado. Posicionamento se deve à tragédia ocorrida no final de outubro, no Fórum de Bangu, onde os criminosos pretendiam também executar o juiz Alexandre Abrahão.

Pág. 08

Diretas já: duas novas conquistas

Além de requerimento protocolado junto ao TJ-RJ, que pede a participação de todos os juízes vitalícios nas eleições, a Amaerj comemora a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 187/12 pela CCJ da Câmara dos Deputados.

Pág. 03

Amaerj e TJ-RJ se reúnem com autoridades para investigar morte de juiz

Associação acompanha a apuração das responsabilidades pelo acidente aéreo



Magistrados se reuniram na Amaerj e avaliaram as medidas já adotadas na investigação

O presidente da Amaerj, Cláudio dell'Orto, o desembargador Antônio Jayme Boente, presidente da Comissão de Segurança Institucional do Poder Judiciário do Estado

do Rio de Janeiro, e os demais membros da Coseg se reuniram em 5 de novembro com o tenente coronel aviador Marcus Pacobahya, chefe do Terceiro Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes (SERIPA III), para acompanhar as investigações do acidente que provocou a morte do juiz Carlos Alfredo Flores da Cunha e do seu instrutor Adelmo Louzada.

No encontro, o militar informou sobre várias diligências que estão sendo realizadas pela Aeronáutica, em especial, perícias de equipamento e locais. Todos os resultados serão enviados para a autoridade policial, para o Ministério Público e para a Coseg. A Amaerj continuará acompanhando e cobrando a integral apuração das responsabilidades pelo trágico evento.

A fim de se preparar para este encontro, a Amaerj realizou uma reunião interna e aberta à participação de todos associados, dias antes (30/10). Na ocasião, foram avaliadas as medidas e providências a serem adotadas para a investigação do acidente. Para o presidente da Associação, Cláudio dell'Orto, a integral apuração das responsabilidades pelo trágico evento que vitimou o juiz e o seu instrutor será cobrada e exigida das autoridades competentes com todo o vigor.

O juiz Carlos Alfredo Flores da Cunha tinha 48 anos e estava a bordo de um monomotor que caiu, em 22 de outubro, na Lagoa do Marine, em São José do Imbasaí, distrito de Maricá, na região metropolitana do Rio de Janeiro.

TJ-RJ

Justiça fluminense apresenta menor número de casos criminais pendentes

O TJ-RJ alcançou resultado máximo em produtividade e 100% de eficiência

No relatório Justiça em Números 2013, recentemente divulgado pelo CNJ, o TJ-RJ foi apontado como a corte estadual de grande porte com o menor número de casos criminais pendentes.

Segundo o levantamento, em 2012, o Judiciário fluminense tinha um total de 221.085 processos da área criminal em

aberto. Em relação à movimentação dos processos criminais, no ano passado, o TJ-RJ concluiu o julgamento de 293.559 casos, enquanto a soma de processos novos de conhecimento criminal foi de 266.933.

O estudo também revelou que o TJ-RJ alcançou, em 2012, resultado máximo de produtividade, registran-

do 100% de eficiência, segundo o Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus).

Os magistrados do TJ-RJ são os que mais produzem entre as cortes estaduais de grande porte. De acordo com a planilha de indicadores de produtividade da justiça estadual, o Judiciário fluminense figura em primeiro lugar na carga de trabalho dos magistrados, com um total de 13.611. Segundo os dados, no Rio de Janeiro, cada magistrado foi responsável no ano passado por 2.882 sentenças ou decisões terminativas de processo, e o número de processos baixados por magistrado foi de 2.919.

O grupo de tribunais considerados de grande porte é composto ainda pelas cortes estaduais de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Além do TJ-RJ, entre os tribunais de grande porte, apenas a Corte gaúcha alcançou o resultado máximo de eficiência. (Com informações do TJ-RJ).

EXPEDIENTE

Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro
Rua Dom Manuel, 29 - 1º andar
Centro - Rio de Janeiro - 20010-090
Tel.: (21) 3861-1130/1116/1112
imprensa@amaerj.org.br
www.amaerj.org.br

Coordenadoria de Comunicação Social:
Desembargador Antonio José Ferreira
Carvalho, Juíza Andréa Maciel Pachá
Editora: Ada Caperuto (MTB 24082)
Redação: Diego Carvalho, Flávia Rodrigues

Conteúdo e responsabilidade editorial:
Ricardo Viveiros & Associados – Oficina de
Comunicação, empresa filiada à Aberj (Associação
Brasileira de Comunicação Empresarial)

Editora JC
Telefax: (21) 2240-0429
editorajc@editorajc.com.br
CTP, impressão e acabamento:
Edigráfica

AMAERJ NOTÍCIAS é um informativo mensal da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro. É permitida a reprodução parcial ou total das matérias, desde que citada a fonte.

Amaerj pede a participação de todos os juízes vitalícios nas eleições do Tribunal

Além do requerimento ao TJ-RJ, o pleito da eleições diretas teve seu projeto aprovado na CCJ

A data de 15 de outubro foi histórica para a democratização do Judiciário. A Amaerj apresentou um requerimento que pede alteração do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ), para permitir a participação de todos os juízes vitalícios no processo de escolha da mesa diretora do Tribunal. Na mesma data, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou o projeto que libera voto de juízes em eleições de tribunais.

O pleito acompanha o movimento pelas Diretas Já no Poder Judiciário, desenvolvido pela Amaerj e pelas associações estaduais e nacionais de magistrados. O requerimento também traz um abaixo-assinado de centenas de associados que apoiam as eleições diretas.

O pedido acompanha recentes decisões judiciais e administrativas que reconhecem que as normas restritivas da Lei Orgânica da Magistratura devem ser interpretadas em conformidade com a Constituição. Em setembro, o TRT da 4ª Região encaminhou, por decisão

administrativa, consulta prévia a todos os juízes para a eleição de sua nova mesa diretora. Em 10 de outubro, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou interpretação mais benéfica do comando restritivo contido no artigo 102 da Loman.

Segundo o texto, o pleito da Amaerj atende ao escopo democratizador preconizado no Ato Executivo nº 5.267/2013, que criou o Grupo de Trabalho para auxiliar a Comissão de Regimento Interno do TJ-RJ.

No abaixo-assinado, os associados afirmam que magistrados de primeiro e segundo grau se submetem ao mesmo comando administrativo, que é a direção do Tribunal e integram o mesmo Poder Judiciário, variando exclusivamente, o momento em que prestam a jurisdição estatal. De acordo com o texto, “somente com a democratização interna do Poder Judiciário haverá o adequado aparelhamento das Varas, Juízos e Juizados onde milhares de brasileiros comparecem diariamente como partes ou testemunhas em busca da realização da Justiça”.

Para o presidente da Amaerj, Cláudio

dell’Orto, esta decisão democratizará o Judiciário. “Somos todos membros do Tribunal e acho razoável uma hermenêutica no sentido de dizer isto, ou seja, quando a lei determina que a votação será feita pelos membros do Tribunal nós não podemos tentar interpretar isso como se os juízes fossem funcionários ou exercessem qualquer outra função no Tribunal que não fosse a de ser membro do Poder Judiciário. Há vinte anos esse tema está em debate e os tribunais resistem. Ao acolher os juízes como eleitores, eles estariam dando um exemplo de democracia interna fantástico”, afirma o magistrado.

Também em 15 de outubro, a CCJ aprovou a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição 187/12, do deputado Wellington Fagundes (PR-MT). “A realização de eleições diretas é uma aspiração da imensa maioria dos magistrados. Essa maioria deseja não apenas a eleição para a escolha de seus dirigentes, mas também uma efetiva participação na construção de uma gestão democrática no Judiciário”, diz trecho do projeto.

Destaque na mídia

O requerimento da Amaerj por eleições diretas no TJ-RJ ganhou destaque nas páginas do jornal O Dia de 22 de outubro, quando a coluna Justiça e Cidadania publicou entrevista com o presidente Cláudio dell’Orto. Também noticiaram o fato na internet, no site do Diário de Petrópolis (15/10), na revista eletrônica Consultor Jurídico e na versão digital do jornal Valor Econômico, ambos em 17 de outubro.

CURTAS

Desembargador Jessé Torres lança novo livro

O desembargador do TJ-RJ e ex-juiz eleitoral, Jessé Torres Pereira Junior, lançou em 22 de outubro o livro “Convênios e Outros Instrumentos de Administração Consensual na Gestão Pública do Século XXI

– Restrições em Ano Eleitoral”. Escrito em parceria com a advogada da União Marinês Restelatto Dotti, o título faz parte das comemorações pelos 10 anos da Escola Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ)

e conta com prefácio da desembargadora Letícia de Faria Sardas. O presidente da Amaerj, Cláudio dell’Orto, e o vice-presidente da Associação, juiz Paulo Feijó, prestigiaram o lançamento.

(Com informações do TJ-RJ).

Emoção na entrega do II Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos

Com a presença de mais de 600 pessoas, solenidade reuniu autoridades do Poder Judiciário e Legislativo

Em 8 de novembro, a Amaerj divulgou o nome dos vencedores do II Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos. A cerimônia, realizada no auditório Antonio Carlos Amorim, no TJ-RJ, reuniu mais de 600 pessoas, entre magistrados, convidados e familiares de vítimas de violência no Estado do Rio. A solenidade, comovente e repleta de saudosismo e esperança, contou também com a presença de autoridades do Poder Judiciário e Legislativo, além de estudantes e representantes de diversos movimentos sociais.

O evento teve início com a execução do Hino Nacional brasileiro, que foi interpretado pela Orquestra da Maré do Amanhã, um projeto social desenvolvido no Complexo da Maré, no Rio. Logo após a apresentação foi exibido um vídeo institucional do movimento “Gabriela Sou da Paz”, que emocionou a todos. Em seguida, a bailarina Ana Botafogo, a mestre de cerimônia do evento, anunciou os ganhadores desta edição. Na categoria Trabalhos Acadêmicos, o estudante de Direito Daniel Rodrigues Thomazelli foi o grande vencedor. A deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ) foi a convidada para entregar a honraria de R\$15.000,00.

Premiações

O primeiro lugar da categoria de Práticas Humanísticas ficou com o movimento Mães da Cinelândia. A conselheira do Banco da Providência, Gisella Amaral, entregou o prêmio de R\$ 15.000,00 à Regina Célia da Rocha, uma das organizadoras do movimento. Emocionada, Regina falou sobre a grande vitória de ter o trabalho reconhecido. “O nosso movimento luta desde os anos 90 pelos direitos humanos. O Prêmio é um alento para nós, que sempre reivindicamos e protestamos pelo respeito à vida. Isso é um reconhecimento que dá valor a nossa luta, que nos enche de expectativa e esperança da continuidade dos projetos sobre direitos humanos”, declarou a vencedora.

Na categoria Redações do Ensino Fundamental, a estudante Sandy Alves Nunes, da Escola Municipal Anísio

Teixeira, da Ilha do Governador foi a premiada e levou o tablet Samsung Galaxy Tab 10.1. O prêmio foi entregue pelo cartunista Ziraldo Alves. O desenhista se emocionou com a cerimônia e destacou a categoria da premiação voltada às crianças. “Me comovi muito com essa iniciativa maravilhosa que a Justiça teve para se aproximar mais da sociedade brasileira. É preciso que em cada categoria profissional do Brasil faça isso também para resolvermos milhares de problemas. Para isto, precisamos começar pela base, pelas crianças”, afirmou Ziraldo.

Durante a cerimônia, o juiz Paulo Mello Feijó, vice-presidente da Associação, discursou sobre a importância do prêmio para aproximar a sociedade do Judiciário. “Através do exemplo de Patrícia Acioli, nós nos vimos compelidos a demonstrar e divulgar todo trabalho que é feito dentro do Judiciário, não apenas por Patrícia Acioli, mas por tantos outros magistrados que entendem e compreendem que o trabalho do juiz não é apenas ficar de uma mesa despachando processos ou atendendo partes. O trabalho do juiz tem que ir muito além disso, tem que ser um trabalho que se estenda para fora da porta dos tribunais e que, efetivamente, interfira na sociedade”, declarou o magistrado.

A idealizadora do Prêmio e diretora de Direitos Humanos da Associação, juíza Denise Appolinária, chamou a filha da juíza Patrícia Acioli, Ana Clara, ao palco e entregou uma orquídea em homenagem aos seus 15 anos completados na ocasião. Após a homenagem a juíza falou sobre o grande significado do Prêmio para as famílias vítimas de violência no Brasil. “A magistratura compreende que o prêmio criado em memória da juíza Patrícia Acioli é, na verdade, voltado para todas as vítimas de violência em todo o Brasil. Com isso, firmamos um ponto fundamental para a criação de mais e melhores políticas públicas, de modo que pessoas sejam cada vez menos vitimizadas”. Após o discurso da juíza, foi a vez da magistrada receber a moção honrosa do vereador Renatinho (PSOL),



Juiz Paulo Mello Feijó discursou sobre a importância do prêmio para o Judiciário e a sociedade



Juíza Denise Appolinária homenageou Ana Clara, filha de Patrícia Acioli, que fez 15 anos

de Niterói, que agradeceu e parabenizou a iniciativa da Associação.

Grande apoiador do Prêmio, o desembargador Siro Darlan, destacou a participação das crianças no evento e ressaltou a importância deste para a formação dos jovens. “É uma alegria ver este auditório cheio, sobretudo de crianças, por isso saúdo todos vocês. Ninguém na nossa sociedade deve ser mais importante do que o cidadão, as crianças e os adolescentes. A Amaerj foi muito feliz quando criou o Conhecendo o Judiciário e trouxe o cidadão para a Justiça, para conhecer o verdadeiro Judiciário. E são esses cidadãos e estudantes que escrevem a nova história da cidadania brasileira, escrevendo através

de suas redações, que hoje concorrem ao Prêmio”, declarou o magistrado.

O advogado Técio Lins e Silva também prestigiou a cerimônia e deu seu depoimento. “O Prêmio crescer dessa maneira, com tamanha dignidade é motivo de muito encantamento e orgulho. Eu sou a voz da Patrícia na acusação e na responsabilização desses algozes que cometeram um crime monstruoso, um atentado à democracia e à Justiça no Estado. E por isso que eu fico feliz em ver a Amaerj com esse compromisso com a eternidade, de fazer a segunda edição de um prêmio que pretende perpetuar a memória de uma juíza que lutou pelos Direitos Humanos simbolizados pela vida das pessoas das comunidades mais pobres, que eram assassinadas, roubadas e que sofriam os maiores atentados à sua cidadania”, declarou Técio.

O destaque do evento foram as diferentes atrações musicais. Após a apresentação da Orquestra do Amanhã, a Escola de Dança Maria Olenewa impressionou a todos com uma talentosa coreografia de balé. Em seguida, o ritmo brasileiro tomou conta do palco e um vibrante ensaio de samba contagiou a todos com as pequenas dançarinas e os percussionistas do Grupo Mangureira do Amanhã. Para encerrar em grande estilo, os meninos do

Afrolata surpreenderam a plateia com uma eletrizante apresentação de tambores e passos coreografados.

Estiveram presentes entre outras autoridades os deputados federais Alessandro Molon (PT-RJ) e Chico Alencar (PSOL-RJ), os deputados estaduais Marcelo Freixo (PSOL-RJ) e Inês Pandeló (PT-RJ), o vereador

Reimont (PT-RJ) e Solange Louzada, representando a Secretaria de Educação do Rio de Janeiro.

A II edição do Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos contou com o apoio do TJ-RJ, da Emerj, do Afroreggae e do movimento Gabriela Sou da Paz. A premiação teve patrocínio do Bradesco e da Rio Ônibus.

Os vencedores

Práticas Humanísticas

- 1º Movimento Mães da Cinelândia
- 2º Carmela Grüne (Projeto Direito no Cárcere)
- 3º Maria de Lourdes Fernandes Hermenegildo

Redações do Ensino Fundamental

- 1º Sandy Maria Alves Nunes (Escola Municipal Anísio Teixeira)
- 2º Adrieli da Silva Novato (Escola Municipal Paulo de Brito)
- 3º Luíza Sabino Rodrigues (Escola Municipal Von Martius)

Trabalhos Acadêmicos

- 1º Daniel Rodrigues Thomazelli – estudante de Direito
- 2º Fábio Alves Araújo
- 3º Arlei de Lorival Assucena

Fotos: Luis Henrique



Percussionista do Grupo Mangureira do Amanhã realizaram uma animada apresentação de samba



As apresentações de balé da Escola de Dança Maria Olenewa foram um dos destaques no evento



Deputada federal Benedita da Silva e o vencedor da categoria Trabalhos Acadêmicos



O cartunista Zivaldo entregou a premiação da categoria Redações do Ensino Fundamental



Integrantes do Movimento Mães da Cinelândia com a conselheira Gisella Amaral

Número de processos em trâmite no Judiciário cresceu 10% em quatro anos

Dados estão na mais recente edição do “Justiça em Números”, relatório publicado pelo CNJ

O Relatório da Pesquisa Justiça em Números 2013, divulgado em 15 de outubro, revela que o número de processos em trâmite no Judiciário brasileiro cresceu 10,6% nos últimos quatro anos e chegou a 92,2 milhões de ações em tramitação em 2012. O aumento no volume de processos ocorre apesar da melhoria da produtividade de magistrados e servidores e resulta, principalmente, do aumento de 8,4% no número de casos novos em 2012 e de 14,8% no quadriênio.

De acordo com a pesquisa, que tem dados de 2012, o estoque de casos pendentes de julgamento no início do ano passado era de 64 milhões de processos. Somados aos 28,2 milhões de casos que ingressaram ao longo do ano, chega-se ao total de 92,2 milhões de processos em tramitação em 2012, número 4,3% maior que o do ano anterior.

O relatório indica que houve aumento nos números de processos baixados, sentenças e decisões proferidas, chegando-se a patamares semelhantes à demanda. No ano passado, o número de processos baixados (solucionados) cresceu 7,5% e chegou a 27,8 milhões de processos, e o número de sentenças ou decisões proferidas foi 4,7% maior (24,7 milhões).

No entanto, o crescimento de casos novos desde 2009 (14,8%) é superior ao de processos baixados (10%) e de sentenças (4,7%). Com isso, o estoque de casos pendentes vem crescendo ano a ano (aumento de 2,6% em 2012 e de 8,9% no quadriênio).

De acordo com a conselheira e presidente da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ, ministra Maria Cristina Peduzzi, responsável pelo trabalho, o levantamento feito pelo Justiça em Números cumpre papel fundamental para a melhoria da prestação jurisdicional no País.

A taxa de congestionamento – que mede o percentual de processos em tramitação que não foram baixados durante o ano – apresentou leve queda de 1 ponto percentual e ficou em 69,9%, ou seja, de 100 processos que tramitaram, apenas 30 foram baixados no período. O patamar é semelhante ao registrado em 2009. No quadriênio, essa taxa cresceu 0,2 ponto percentual.

O índice de processos baixados por caso novo mostra que, apesar dos esforços, os tribunais não estão conseguindo liquidar nem mesmo o quantitativo de processos que ingressou no Judiciário no período, dada a elevada procura pela Justiça.

Em 2012, para cada 100 processos novos que entraram, 98,5 dos que tramitavam foram baixados. Em 2011 essa relação era de 99,4 para cada 100. A diferença entre os processos que são baixados e os novos é o que se acumula no Judiciário ano a ano. No quadriênio, a queda no índice de baixados por caso novo foi de 4,3 pontos percentuais.

O levantamento demonstra que cresceu a produtividade dos magistrados. De acordo com o relatório, cada magistrado proferiu, em 2012, 1.450 senten-

ças em média, o que representa aumento de 1,4% em relação ao ano anterior. É o terceiro ano consecutivo em que o índice registra crescimento. Também foi maior o número de processos baixados por magistrado: 1.628 processos ou 4,1% de aumento em relação a 2011.

O Relatório Justiça em Números 2013 detalha ainda o impacto dos casos de execução fiscal sobre os principais indicadores do Poder Judiciário. De acordo com a pesquisa, 29,2 milhões de processos dessa natureza tramitam no Poder Judiciário, o que representa 32% de todos os processos em tramitação.

Essas ações correspondem a 40% do estoque de processos pendentes e apenas 13% dos casos novos de 2012. A conclusão do estudo é que a principal dificuldade consiste na liquidação do estoque existente, que cresce ano após ano. Na execução fiscal, a taxa de congestionamento é de 89%, ou seja, de cada 100, apenas 11 são baixados ao longo do ano.

O estudo simula que impacto teria a retirada de todos os processos de execução fiscal sobre os principais indicadores do Poder Judiciário. O resultado é que a taxa de congestionamento, mensurada em 69,9% no ano de 2012, cairia para 60,9%. O percentual de processos baixados também sofreria melhora significativa e ultrapassaria os 100%, patamar mínimo para se evitar o acúmulo de processos. O número de processos em trâmite cairia de 92,2 milhões para 63 milhões.

(Com informações da Agência CNJ de Notícias)

Presidente da Amaerj comentou a pesquisa no Jornal da Band

A pesquisa Justiça em Números 2013 foi tema de reportagem do Jornal da Band. O telejornal questionou o presidente da Amaerj, Cláudio dell’Orto, sobre o índice de solução dos processos em 2012 (média de 1.450 para cada juiz). Segundo o magistrado, a execução dos processos acontece no juízo de 1º grau, que não tem infraestrutura necessária. “Faltam funcionários, faltam oficiais de Justiça, falta a condição básica para que o juiz possa, de fato, entregar ao cidadão aquilo que ele conseguiu no texto da sentença”, afirma.

Ética e filosofia na Justiça são discutidas em palestras da Emerj

Diretora do Departamento de Comunicação da Amaerj, juíza Andréa Pachá, coordenou o evento



Juízas Leise Rodrigues e Andréa Pachá, e o filósofo Renato Janine

Debate com profissionais de outras áreas a atuação da Justiça. Este foi o objetivo do seminário “Ética: os diversos olhares para a Justiça”, realizado em 21 de outubro, pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj), na capital fluminense. O evento contou com a participação de magistrados do TJ-RJ, serventuários da instituição, alunos da Emerj e estudantes.

A diretora do Departamento de Comunicação Social da Amaerj e responsável pela coordenação do evento, juíza Andréa Pachá, destacou os temas abordados: “O seminário discutiu questões que não são típicas do Judiciário. É importante pensar com interlocutores de outras áreas do conhecimento a atuação da Justiça e dos juízes”.

A primeira palestra do dia, intitulada “Justiça e Filosofia”, foi ministrada pelo professor de Ética e Filosofia Política da USP, Renato Janine Ribeiro. Ele falou sobre valores das instituições e da justiça.

Em seguida, o antropólogo Luiz Eduardo Soares abordou o tema “Justiça e Repressão”, por meio de uma análise dos recentes movimentos sociais que tomaram as ruas do País. “O Estado está vivendo um momento de desafio. É preciso agir de modo a não violar os direitos humanos. O direito individual não deve ser ferido”, alertou o antropólogo.

Também foram proferidas palestras pelo historiador e doutor em Comunicação Joel Rufino sobre “Justiça, Cultura e História” e pela cientista política Maria Teresa Sadek, que falou sobre “Justiça em números e a efetividade das decisões”.

(Com informações do TJ-RJ)

Desembargador Ronaldo Assed se despede da magistratura fluminense

Magistrado atuou por 29 anos como juiz da Comarca de Campos dos Goytacazes



Desembargador recebeu honraria através da presidente do TJ-RJ

O desembargador Ronaldo Assed Machado recebeu, em 16 de outubro, a Medalha de Honra da Magistratura fluminense. A comenda é concedida aos magistrados que chegam à aposentadoria de forma compulsória, isto é, quando completam 70 anos. “Todos nós somos movidos pela esperança, mas ela não pode existir em nós sem a adoção de atitudes para torná-la real. Me dediquei por mais de 30 anos à causa do Direito em um país repleto de desigualdades. Saio desejoso de que o Tribunal de Justiça continue desempenhando seu trabalho”, disse o desembargador.

Ronaldo Assed Machado atuou por 29 anos como juiz da Comarca de Campos dos Goytacazes, no norte fluminense, nas Varas Cíveis, Criminais e da Infância, Adolescente e Idoso. Como desembargador, trabalhou em Câmaras Cíveis e Criminais. Atualmente, o magistrado integrava a 19ª Câmara Cível.

(Com informações do TJ-RJ)

Tragédia de Bangu: criminosos pretendiam matar juiz

Amaerj foi à público pedir que sejam ampliados os mecanismos de segurança nos fóruns

Face à tragédia ocorrida no Fórum de Bangu, em 31 de outubro, a Amaerj foi à público declarar sua solidariedade com os parentes das vítimas e expressar sua opinião sobre o ocorrido. Para a Associação, o incidente revela que apesar dos esforços de segurança que já estão sendo adotados, ainda falta a implementação de medidas de inteligência para detectar situações de risco.

Tais medidas, conforme já foi sugerido pela Amaerj, incluiriam o mapeamento de litígios envolvendo pessoas ou grupos que pudessem representar maior insegurança para o trabalho jurisdicional.

Após a identificação de situações de risco, deve-se adotar medidas de prevenção controlando o acesso aos Fóruns, o que permitiria identificar

qualquer tipo de armamento e das pessoas que acessam os prédios.

A Amaerj propõe um maior debate sobre as reformas legais a respeito do uso de videoconferência e de outros mecanismos de atos judiciais à distância. Para a Associação, não é tolerável que magistrados fiquem expostos e que inocentes sofram as consequências das deficiências do aparato de segurança.

O fato

Além de resgatar comparsas presos, os criminosos que invadiram o Fórum de Bangu pretendiam executar o juiz Alexandre Abrahão. Um documento revelado pelo telejornal Bom Dia Brasil (Rede Globo) revelou quem são os criminosos que invadiram prédio, causando a morte de uma criança e de um policial.

O relatório de 26 páginas da Polícia Civil identificou os principais responsáveis pela invasão: Jean Carlos Nascimento dos Santos, Gerland Barbosa dos Santos Mosa e Leandro Nunes Botelho. Do lado de fora do fórum estava ainda Genilson Madson Dias Pereira, acompanhado de pelo menos dez comparsas. Os criminosos identificados pela polícia têm mandados de prisão decretados pela Justiça por homicídios, tráfico e roubo.

O grupo saiu do Morro do Dezoito, na Zona Norte, rumo ao fórum, onde pretendiam resgatar os presos Alexandre Bandeira de Melo e Vanderlan Ramos da Silva, que foram chamados como testemunhas de defesa em um processo. O relatório afirmou ainda que Jean Carlos também recebeu a ordem de matar o juiz Alexandre Abrahão, considerado rigoroso com os traficantes do Rio.

O Tribunal de Justiça do Rio aprovou em 11 de novembro novas regras que vão restringir o acesso de réus presos aos fóruns. (Com informações do G1)

BRASIL

Ministro Bellizze passa a integrar Comissão de Regimento Interno do STJ

Órgão é responsável pela atualização do documento e pode opinar em processos administrativos

O ministro Marco Aurélio Bellizze é o novo integrante da Comissão de Regimento Interno do STJ. A indicação foi feita pelo presidente do Tribunal, ministro Felix Fischer, e referendada pela Corte Especial.

Além do ministro Bellizze, integram a comissão os ministros João Otávio de Noronha (presidente), Og Fernandes e Paulo de Tarso Sanseverino.

A Comissão de Regimento Interno é responsável pela atualização do Regimento,

propondo emendas ao texto em vigor e emitindo parecer sobre as emendas de iniciativa de outra comissão ou de ministro. Além disso, opina em processo administrativo, quando consultada pelo presidente do STJ. (Com informações do STJ).

CURTAS

Amaerj participa de homenagem ao jurista Luigi Ferrajoli

O jurista Luigi Ferrajoli recebeu, em 17 de outubro, o título de Doutor Honoris Causa, concedido pela Universidade Gama Filho

(UGF). Prestigiaram a cerimônia, o presidente da Amaerj, Cláudio dell'Orto, a desembargadora Leila Mariano, presidente do TJ-RJ, o advogado Eduardo

Mayr, o procurador da República, Juarez Tavares, entre outras autoridades. Ferrajoli é um dos principais teóricos da proteção legal do Estado.

Juiz Rossidélío Lopes é eleito presidente da Amaerj

Magistrado comandará a Associação no biênio 2014-2015

O juiz Rossidélío Lopes da Fonte, da chapa Autonomia e Valorização, foi eleito, em 25 de novembro, o novo presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj) para o biênio 2014-2015. A cerimônia de posse será realizada em 31 de janeiro.

O juiz Rossidélío Lopes é a favor das eleições diretas no Tribunal e na Emerj, além da manutenção dos 70 anos como idade limite da carreira. O magistrado também pretende lutar por mais segurança, pela revisão anual do subsídio e do retorno do ATS.

“Nos últimos cinco anos os juízes remunerados exclusivamente por subsídios perderam mais de 35% do seu poder aquisitivo. Por outro lado, as cobranças por metas e desempenhos esquecem que o número de processo cresce em progressão geométrica, enquanto o número de juízes cai. É neste contexto que deve-

mos participar do processo associativo. Um magistrado sozinho é frágil, ainda que exerça parcela do poder político do Estado. Somente uma magistratura unida pode vencer estes obstáculos que se levantam contra a carreira”, afirma o presidente eleito, que defende a Associação como um instrumento a serviço do juiz e com autonomia em relação ao Tribunal.

A chapa Autonomia e Valorização foi eleita com 246 votos. No total, 301 associados votaram na sede central, nas Regionais e por correspondência. Brancos e nulos totalizaram, respectivamente, 16 e 36 votos.

O presidente eleito da Amaerj é magistrado desde 1995. Nos últimos sete anos, Rossidélío Lopes coordenou a Central de Mandados das Varas Cíveis e Empresariais. Em 2001, foi um dos autores de mandado de segurança relativo ao rodízio eleitoral, o que se repetiu



Juiz Rossidélío Lopes, presidente eleito da Amaerj

em 2009, como representação junto ao CNJ. Atualmente, o magistrado atua na 36ª Vara Cível da Capital.

Diretoria Executiva

Presidente:

Rossidélío Lopes da Fonte

1º vice-presidente:

Carlos Santos Oliveira

2ª vice-presidente:

Márcia Capanema de Souza

Secretária-geral:

Cláudia de Oliveira Motta

1ª secretária:

Admara Falante Schneider

2ª secretária:

Mafalda Lucchese

1º tesoureiro:

Renato de Lima Charnaux Sertã

2ª tesoureira:

Daniela Brandão Ferreira

Conselho Deliberativo e Fiscal

Presidente:

Ana Maria Pereira de Oliveira

Vice-presidente:

Lysia Mesquita Figueira

Secretária:

Luiz Umpierre de Mello Serra

Membros Efetivos:

Kátia Cilene da Hora Machado

Nadia Maria Soares

Maria Luiza Obino Niederauer

Mônica Poppe de Figueiredo Fabião

Ana Beatriz Mendes Estrela

Paulo Sérgio Prestes dos Santos

Ana Cristina Dib Miguel

Membros Suplentes:

Mônica Feldman de Mattos

Paulo Roberto Correa

Celso Luiz de Matos Peres

Thomaz de Souza e Melo

Ana Célia Montemor S. R. Gonçalves

Departamentos

Cultural:

Sylvio Capanema de Souza

Social:

Denise Nicoll

Assistência:

Andrea Pachá

Informática:

Paulo Feijó

Desportos:

Marcos Alcino Torres

Colônia de Férias:

Cláudio dell'Orto

Sede Campestre:

Kátia Cilene da Hora Machado

Regionais da Associação têm novos representantes

Magistrados eleitos integrarão diretorias do interior do estado

Além da eleição da Diretoria Executiva e do Conselho da Amaerj, os associados do interior também elegeram, em 25 de novembro, os novos diretores de quatro Regionais para o biênio 2014-2015. O juiz Fabiano Reis

dos Santos assumirá a presidência da 1ª Seção Regional, em Niterói. A 5ª Regional, em Nova Friburgo, será presidida pelo juiz Paulo Vagner Guimarães Pena. A Amaerj Volta Redonda (6ª Regional) terá como presidente o juiz Roberto

Henrique dos Reis. Pela segunda vez, a 9ª Regional, de Duque de Caxias, será comandada pelo juiz Antonio Alves Cardoso Junior. Na Regional de Nova Iguaçu, a votação não foi aberta. No total, 56 associados do interior foram às urnas.

TJ-RJ

“A mulher, a mídia e o poder no Brasil” em debate na Emerj

Desembargadores Luiz Fernando de Carvalho e Fernando Foch foram mediadores do debate



Ao término do evento o público pode tirar dúvidas com os integrantes da mesa

A Emerj, por meio dos fóruns permanentes de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero e de Direito à Informação, promoveu, em 4 de novembro, debate sobre “A mulher, a mídia e o poder no Brasil: um olhar compartilhado”. A presidente do TJ-RJ, desembargadora Leila Mariano, participou da abertura do evento, realizado no

auditório Desembargador Paulo Roberto Leite Ventura. Os desembargadores Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho e Fernando Foch coordenaram, respectivamente, cada uma das mesas de debates. No debate, a diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos, Jacira Vieira de Melo, apresentou o tema “A mídia e as mulheres no po-

der: as diferenças como desigualdades”. Em seguida, a socióloga, diretora do Instituto Patrícia Galvão e conselheira do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR), Fátima Pacheco Jordão, e a especialista em Comunicação para Transformação Nádya Rebouças discutiram “A propaganda publicitária e a mulher: quais são os limites éticos”.

Também estiveram presentes o diretor-geral da escola, desembargador Sérgio Verani; o presidente do Fórum Permanente de Direito à Informação e de Política de Comunicação Social do Poder Judiciário da Emerj, desembargador Fernando Foch; a presidente do Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero da escola, juíza Adriana Ramos de Mello e o presidente da Comissão Mista de Comunicação Institucional do TJ-RJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho.

(Com informações do TJ-RJ)

Tribunal publica documento com regras sobre remoção e promoção

Resolução nº 40/2013 foi assinada pela presidente do TJ-RJ em 7 de novembro

O TJ-RJ publicou uma resolução que estabelece as regras para abertura de edital, concorrência e julgamento dos pedidos de remoção e promoção de magistrados. A Resolução TJ/OE/RJ nº 40/2013, assinada pela presidente da

Corte, desembargadora Leila Mariano, foi decidida na última sessão do Órgão Especial, em 7 de novembro.

Em seu texto, a resolução nº 40/2013 (Art. 1º) expressa que “os editais para promoções e remoções deverão

ser abertos, na ordem em que se vagarem os cargos de juiz de direito e desembargador, respeitada a alternância entre merecimento e antiguidade a partir da última vaga provida”.

(Com informações do TJ-RJ).

Juiz João Ricardo vence eleição da AMB com mais de 5 mil votos

Oito magistrados do TJ-RJ representarão a magistratura fluminense na entidade



Marcelo Piragibe, Cláudio dell'Orto, João Ricardo e Paulo Feijó integram a chapa vencedora da AMB

A chapa Unidade e Valorização, liderada pelo juiz João Ricardo dos Santos Costa, do Rio Grande do Sul, foi eleita, em 23 de novembro, para compor o Conselho Executivo e Fiscal da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). A chapa da oposição venceu com 59,35% dos votos (5.628) e comandará a Associação durante o triênio 2014/2016. Os magistrados Cláudio dell'Orto, Paulo

Mello Feijó, Denise Levy Tredler, Edmundo de Oliveira, Andrea Pachá, Ricardo Alberto Pereira, Maria Teresa Gazineu e Felipe Pedalino representarão a magistratura do Rio na entidade.

A chapa "AMB para os Magistrados, Justiça para o Brasil — Juiz Forte, Brasil Melhor", liderada pelo desembargador Roberto Portugal Bacellar, do Paraná, recebeu 3.746 votos (39,50%). A difer-

ença foi de 1.882 votos. Brancos e nulos somaram, respectivamente, 75 e 34 votos. Votaram 9.483 magistrados associados, em todo o país.

Para o presidente eleito, a AMB perdeu o prestígio e o protagonismo nacional. "Precisamos resgatar a AMB, salvar a entidade, e as lideranças que compõem nosso movimento têm expressão política para cumprir esta missão.

Ex-presidente da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris) e vice-presidente de Direitos Humanos da AMB de 2008-2010, João Ricardo dos Santos é titular do 1º Juizado da 16ª Vara Cível de Porto Alegre. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUC/RS) em 1984, com pós-graduação em Direito (Unisinus - 2001), ingressou na magistratura em agosto de 1990 e atuou nas comarcas de Planalto, Taquari e Canoas. É professor de Direitos Humanos da Escola Superior da Magistratura.

Presidente

João Ricardo dos Santos

Vice-presidentes

Meio Ambiente:

Adriano Gustavo Veiga Seduvim (PA)

Comunicação:

Gil Francisco de Paula Xavier
Fernandes Guerra (PR)

Defesa de Prerrogativas:

Hadja Rayanne Holanda de Alencar
(RN)

Cultura:

Maria de Fátima dos Santos Gomes
Menezes de Oliveira (SP)

Assuntos Trabalhistas Legislativos:

Maria Madalena Telesca (RS)

Interiorização:

Nartir Dantas Weber (BA)

Assuntos Legislativos:

Nelson Missias de Moraes (MG)

Efetividade da Jurisdição:

Paulo Mello Feijó (RJ)

Direitos Humanos:

Ricardo de Araujo Barreto (CE)

Institucional:

Sérgio Luiz Lunkes (SC)

Administrativo:

Wilson da Silva Dias (GO)

Diretoria Cultural

Andrea Maciel Pachá (RJ)

Comissão de Direitos Humanos

Denise Levy Tredler (RJ)

Departamento de Assuntos Legislativos

Felipe Pinelli Pedalino Costa (RJ)

Coordenadores

Justiça Estadual:

Gervásio Protásio dos Santos Junior (MA)

Justiça Eleitoral:

Maria Teresa Pontes Gazineu (RJ)

Justiça do Trabalho:

Antonio Oldemar Coêlho dos Santos
(PA)

Justiça Federal:

Rogério Favreto (RS)

Justiça Militar:

Edmundo Franca de Oliveira (RJ)

Justiça dos Aposentados:

Nelma Torres Padilha (ES)

Conselho Fiscal

Helvecio de Brito Maia Neto (TO)
Luiz Gonzaga Mendes Marques (MS)
Hermínia Maria Silveira Azoury (ES)

Escola Nacional da Magistratura

Diretor:

Marcelo Piragibe (MG)

Vice-diretor:

Cláudio dell'Orto (RJ)

Coordenador Regional

Ricardo Alberto Pereira (RJ)

Rossidélio Lopes: “Com uma magistratura unida pode-se vencer os obstáculos que se levantam contra a carreira”

Em entrevista ao *Jornal do Comercio*, presidente eleito da Amaerj aborda os objetivos da nova diretoria

Sob o título “Mais valorização para a carreira de magistrado”, o *Jornal do Comercio* publicou, em 30 de novembro, uma reportagem sobre os objetivos da nova diretoria da Amaerj para o biênio 2014-2015. Na entrevista, o presidente eleito da Amaerj, juiz Rossidélio Lopes da Fonte, defendeu mais autonomia e valorização da magistratura, além da melhora no diálogo com a sociedade. “Essas lutas se somam a outras de caráter interno. O juiz, hoje, perdeu espaço para outras carreiras jurídicas em função do excesso do trabalho e de cobranças. Então, resgatar e valorizar a nossa carreira é um item importante”.

Diante de acontecimentos em que o Judiciário pautou a mídia nacional recentemente, o magistrado afirma que é preciso melhorar o diálogo com a população. “A nossa imagem para

a sociedade sempre fica prejudicada porque não se consegue passar o excesso de trabalho dos juizes e os impedimentos constitucionais. Não se fala das limitações que o juiz tem e dos milhões de processos que estão assolando os tribunais. Sempre se depara com a máxima de que a justiça é lenta”.

Segundo o presidente eleito da Amaerj, a valorização da carreira passa por repassar à sociedade a importância do Poder Judiciário, mais precisamente da figura do juiz. “Muitas vezes, pelo excesso de exposição de determinado caso, a sociedade julga antes mesmo do juiz, sem ver o processo. É necessário resgatar o valor do juiz, de analisar o processo, os documentos e suas provas, porque cria-se uma expectativa de condenação antes mesmo do julgamento e este é um fator negativo em relação à autonomia

e independência do juiz. Com uma magistratura unida pode-se vencer estes obstáculos que se levantam contra a carreira”.

A segurança dos magistrados também é uma das preocupações de Rossidélio. O juiz aponta alternativas como a utilização de videoconferências, o reposicionamento de varas que estiverem em locais perigosos, realocando-as no Fórum Central, além do reforço da segurança para os juizes que figuram na lista de periculosidade no estado. “Essa questão da segurança passa por uma logística e estratégica que nós temos discutido intensamente. O Tribunal efetivamente não está imune dessa questão. A reivindicação, fazemos junto com o próprio Tribunal. Agora, é trabalhar a inteligência da polícia civil, militar e dos agentes do Tribunal de Justiça”, analisa.

AMB

Presidente eleito da AMB critica afastamento de juiz

Juiz João Ricardo diz que entidade não vai tolerar “atentados contra a liberdade” da Justiça

Em entrevista ao jornal *O Globo*, de 26 de novembro, o juiz João Ricardo dos Santos Costa, presidente eleito da AMB, comentou a substituição do juiz responsável pela execução penal dos condenados no julgamento do mensalão, Ademar Vasconcelos. Na reportagem, o magistrado criticou o afastamento do juiz de Brasília e disse que a entidade não vai tolerar “atentados contra a liberdade” da Justiça.

O presidente eleito da AMB disse que não há previsão constitucional para a substituição do magistrado de suas funções e ironizou a atitude de Barbosa, que, contrariado com as decisões de Vasconcelos, pressionou por seu afastamento.

“Pelo menos a Constituição que tenho aqui em casa não diz que presiden-

te do STF pode trocar juiz, em nenhum momento, num canetaço”.

Segundo João Ricardo, a decisão de afastar Vasconcelos, caso tenha motivação política, poderá ser contestada junto aos órgãos competentes do Judiciário, especialmente no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), presidido pelo próprio Barbosa.

“Um juiz pode ser afastado do cargo somente após o devido processo legal e dentro de algumas condições. Não sei se isso aconteceu, se foi decisão do presidente do STF, as informações ainda são vagas. Mas, pelas notícias que temos, ou alguma coisa errada está acontecendo (com o juiz) ou isso (o afastamento) não pode ocorrer. Espero que não esteja havendo politização”.



Juiz João Ricardo dos Santos Costa

Divulgação

V Enaje foi encerrado com aprovação da Carta da Justiça Estadual

Documento aponta para a democratização da gestão dos Tribunais



Ricardo Pereira

Ministro, magistrados e autoridades do Executivo participaram do evento

Realizado de 24 a 27 de outubro, em Florianópolis (SC), pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), o V Encontro Nacional de Juizes Estaduais (Enaje) permitiu o debate de vários temas atuais e de interesse da magistratura nacional. A solenidade de abertura reuniu o governador de Santa Catarina, João Raimundo Colombo, o prefeito de Florianópolis, Cesar Souza Junior, o ministro do STF, José Antonio Dias Toffoli, do senador Blairo Maggi (PR-MT), os ministros do STJ, Benedito Gonçalves, Jorge Mussi e Paulo Gallotti, além de presidentes das associações representativas da magistratura e do CNJ. Representantes da Amaerj também participaram do evento.

Em seu discurso, o presidente da AMB, Nelson Calandra, manifestou a grandiosidade do evento e sua importância em face do engrandecimento e do reconhecimento do magistrado como garantidor da democracia, conforme o tema central do encontro. “Nossas lutas são intensas, como o trabalho pela recomposição do subsídio, a independên-

cia para a magistratura e a manutenção da vitaliciedade. Somos gratos a todos vocês que nos deram a honra de presidir a maior associação de magistrados do mundo”, disse.

Falando em nome do Senado brasileiro, Blairo Maggi (PR-MT), o magistrado abordou as tratativas acerca das Propostas de Emenda à Constituição em tramitação no Senado em favor da magistratura e empenhou seu apoio à categoria. “Devemos, a todo custo, evitar que os casuísmos atentem a nossa democracia. Os Poderes devem ser harmônicos, mas, acima de tudo, independentes. É imperativo valorizar a magistratura nacional”, pontuou.

Ministros, magistrados e autoridades do Executivo foram condecorados durante a solenidade de abertura do V Enaje. Foram homenageados o ministro do STF, José Antonio Dias Toffoli, os ministros do STJ Marco Aurélio Buzzi, Jorge Mussi, Paulo Gallotti e Hélio de Melo Mosimann, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, desembargador Cláudio Barreto Dutra, a presidente do Tribunal Regio-

nal do Trabalho da 12ª Região, desembargadora Gisele Pereira Alexandrino, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, desembargador Eládio Torret, o juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, José Lucio Munhoz, o governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, e o prefeito de Florianópolis, Cesar Souza Junior (AMB).

Carta da Justiça

As atividades finais foram marcadas pela aprovação da Carta da Justiça Estadual lida pelo Coordenador do V Enaje e da Justiça Estadual da AMB, Walter Pereira de Souza. Segundo o Presidente da AMB, Nelson Calandra, a Carta da Justiça Estadual tem um significado muito importante. “O documento de encerramento do Enaje, aponta para a democratização da gestão dos nossos Tribunais. Eu fico feliz por constatar que conseguimos encerrar um evento tão grandioso e complexo, sem nenhum incidente grave. Foi maravilhoso tudo que foi feito aqui”, afirmou.

(Com informações da AMB, Amab e Esmec).

Amaerj participa de encontro com Órgãos de Segurança do Sul Fluminense

Evento promovido na sede da Aman teve como objetivo aprimorar as técnicas de segurança pública



Durante o evento os presentes participaram de provas de tiro ao alvo na sede da Aman

O juiz Marvin Ramos Rodrigues, presidente da 6ª Seção Regional da Amaerj, em Volta Redonda, participou do Encontro dos Órgãos de Segurança da Região Sul Fluminense. O evento foi realizado em 17 de outubro, na sede da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), em Resende.

As atividades reuniram membros do Judiciário fluminense, do Ministé-

rio Público e da Segurança Pública da Região. O general Tomás Miguel Ribeiro Paiva recebeu a todos e realizou uma palestra sobre a história da Academia. Em seguida, os presentes foram encaminhados para a Seção de Tiro da Aman, onde participaram de provas de tiro ao alvo, com premiação aos que se destacaram no dia.

O encontro teve como objetivo promover a integração da Aman com os de-

mais ramos da sociedade civil, visando discutir melhorias para a segurança da população. Entre outros participantes, estiveram presentes os juízes Hindenburg Brasil, titular da 1ª Vara Criminal de Resende, Ludmilla Vanessa, da Vara única de Itatiaia, delegados da Polícia Federal e da Polícia Civil da região, representantes da Promotoria de Justiça de Resende, além de membros da Polícia Militar do 37º BPM de Resende.

ESPORTES

Corrida de kart reúne magistrados em Volta Redonda

O principal objetivo do evento esportivo foi promover a união entre os magistrados



A corrida de kart foi realizada no Kartódromo Internacional de Volta Redonda

A Amaerj Volta Redonda promoveu, em 23 de outubro, a I Corrida de Kart da Regional. O evento esportivo de confraternização

reuniu, no Kartódromo Internacional de Volta Redonda, os juízes Alexandre Pontual, Antonio Augusto Balieiro Diniz, Francisco Ferraro, Luiz Claudio

Marinho, Marvin Ramos Moreira e Mauricio Magnus.

Para o presidente da Regional, juiz Marvin Ramos, o evento foi importante para a união dos associados. “A magistratura vem passando por momento tormentoso e que necessita de união entre os magistrados, para assegurar a melhor prestação jurisdicional, sendo que eventos como o realizado em Volta Redonda são extremamente salutares para a convivência entre os colegas”, afirmou o juiz Marvin.

O vencedor da prova foi o juiz Mauricio Magnus, de Barra Mansa.

Final de ano animado nas sedes Campestre e Praiana da Amaerj

Festas de Réveillon terão música ao vivo e saborosas ceias, com programação especial para adultos e crianças

Para celebrar em grande estilo o final do ano, as sedes Campestre, em Vargem Grande, e Praiana, em São Pedro da Aldeia, terão animada programação para adultos e crianças. No dia 15 de dezembro acontecerá a tradicional chegada do Papai Noel na Sede Campestre. Além da atração do bom velhinho, associados e seus familiares poderão desfrutar de uma agradável

tarde, com atividades recreativas e um saboroso almoço entre família e amigos.

Em 31 de dezembro cada sede realizará uma animada festa com música ao vivo, Dj e saborosas ceias. Os menus incluem pratos com bacalhau, peru, tender, pernil, além de diversas iguarias típicas das datas festivas. O valor da ceia para adultos é de R\$130,00. Crianças de 11 a 15 anos pagam R\$ 65,00 e até 10 anos não pagam.

Endereço das Sedes

A Sede Campestre fica na Estrada do Mucuíba, 1416 – Vargem Grande – Rio de Janeiro. Tel.: 2428-1040/1769/3993

A Sede Praiana está localizada na Av. Porto Feliz, 580 – Km 106,5 da Rodovia Amaral Peixoto – Balneário de São Pedro da Aldeia – Rio de Janeiro. (022) 2621-1630/2621

TJ-RJ

Fundação Mundo Azul foi agraciada com o Conjunto de Medalhas Pedro Ernesto

Projeto idealizado pela juíza Keila Blank de Cnop foi homenageado pela vereadora Tânia Bastos



Comenda foi entregue ao grupo de pais por iniciativa da vereadora Tânia Bastos

A emoção tomou conta da entrega da Medalha Pedro Ernesto promovida pela vereadora Tânia Bastos (PRB-RJ) ao Grupo de Pais Mundo Azul. O projeto idealizado pela juíza Keila Blank de Cnop, da 5ª Turma Recursal Cível do TJ-RJ, visa ampliar a divulgação de informações sobre o autismo na sociedade e lutar pelos direitos de familiares e das crianças.

No evento, a vereadora Tânia Bastos destacou a parceria bem sucedida com a Câmara de Vereadores e lembrou o dia em que conheceu o grupo formado pela juíza Keyla e seu marido Rodrigo de Cnop e pelos casais Luciano e Denise Aragão e

Ilton e Christiane Salgueiro - todos eles com filhos autistas.

Para a juíza Keila, que esteve presente na cerimônia ao lado dos demais membros da Fundação Mundo Azul, o grupo já alcançou importantes vitórias, mas ainda há muito para ampliar o conhecimento sobre o autismo, pois isso pode ajudar até mesmo na realização de prognósticos corretos. “Quanto antes o autismo for identificado, mais eficaz será o tratamento. Atualmente, 1 para cada 50 nascimentos tem estado dentro do espectro autista”, finalizou.

Todos eles são voluntários e participam de panfletagem, produzem seminários com especialistas, atuam junto às esferas

de poder para que sejam criadas políticas voltadas para pessoas com autismo, entre outras iniciativas. “Quando conheci estes pais, eles imprimiam panfletos em casa e divulgavam nas ruas. Hoje temos a Cartilha, elaborada pela Prefeitura do Rio junto com o Mundo Azul, fruto da Lei nº 5389/2012, de minha autoria, que é distribuída em toda rede pública de saúde. De lá para cá, nós estivemos reunidos em momentos importantes. Promovemos a audiência pública Filhos Autistas: O Rio precisa conhecer; iluminamos de azul esta Casa de Leis – algo que nunca tinha ocorrido anteriormente -, criamos o Projeto de Lei nº 297/2013, de minha autoria, que institui programas que promovam a inclusão das pessoas com transtorno do Espectro Autista e estabeleça diretrizes para o Município e também o Projeto de Lei nº 151/2013, que cria o Dia Municipal de Conscientização do Autismo (2 de abril) no Calendário da Cidade. Estamos avançando e vamos continuar reivindicando ainda mais melhorias”, afirmou a vereadora Tânia Bastos.

Durante a cerimônia, representando o deputado Xandrinho (PV), o assessor Wellington Guimarães Matos aproveitou para anunciar que o governador Sérgio Cabral vai criar dois Centros de Reabilitação Integral para deficientes mentais e autistas.

Conselho afasta ex-presidente do TJ-PR para investigar sua conduta

Existem denúncias de fraudes junto à Receita Federal, tráfico de influência e venda de sentenças

O Plenário do CNJ afastou do cargo, em 8 de outubro, o ex-presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR), Clayton Camargo. Por unanimidade, os conselheiros também decidiram abrir Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra Camargo para investigar os indícios de que o desembargador teria renda incompatível com a carreira de magistrado, de acordo com a Reclamação Disciplinar (RD 0004547-59.2013.2.00.0000), proposta pelo Ministério Público Federal (MPF).

Segundo o relator do processo e corregedor nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, os indícios estão no Inquérito 792/DF, aberto pelo MPF, na análise da Receita Federal do Brasil das declarações de Imposto de Renda de Pessoa Física de Camargo, referentes ao período entre 2006 e 2009, e em relatório de Inteligência Financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

“Há fortes indícios de que o magistrado teria realizado negócios jurídicos aparentemente simulados, com o objetivo de fraudar o Fisco e, até mesmo, para possível branqueamento de ca-

pitais, condutas que, consideradas em seu conjunto, indicam perfil de comportamento que não é o esperado de magistrado, mormente em se tratando de presidente de Tribunal de Justiça, gestor de recursos públicos por excelência”, afirmou o ministro Falcão.

Com essa decisão do CNJ, o magistrado fica afastado cautelarmente até que o mérito do PAD seja julgado ou que o Plenário mude a decisão. Será designado conselheiro para relatar o PAD, com prazo de 140 dias para realizar as investigações e apresentar suas conclusões ao Plenário.

(Com informações da Agência CNJ de Notícias)

CONVÊNIO

Amaerj firma nova parceria e oferece descontos especiais nos Restaurantes Bottega Del Vino, DUO e Uniko

Os Restaurantes Bottega Del Vino, DUO e Uniko são os novos conveniados à Amaerj. Destaque na produção de pratos típicos da gastronomia italiana, os estabelecimentos também são famosos pela renomada carta de vinhos. Com a parceria, os associados terão 10% de desconto no total da conta, de segunda a quinta, no período do jantar, nos restaurantes Bottega Del Vino e DUO e de segunda a quarta, no almoço, no restaurante Uniko. Para adquirir o benefício é preciso apresentar a carteira de associado no ato do pagamento. A realização de reservas é feita diretamente com os estabelecimentos. Veja abaixo o endereço e telefones disponíveis e faça já a sua reserva.



Restaurante Bottega Del Vino

Rua Dias Ferreira, 78, ljB – Leblon

Reservas pelos telefones: 2512-6526/2540-5019

Desconto de 10% no jantar, de segunda a quinta-feira



Restaurante Uniko

Rua da Quitanda, 86/ lj 105 – Centro

Reservas pelos telefones :3806-6334/8556-4323

10% de desconto no almoço, de segunda a quarta-feira



Restaurante DUO

Rua Érico Veríssimo, 690, lojas A e B – Jardim Oceânico

Reservas pelos telefones : 2484-4547/2493-1595/2492-5467

Desconto de 10% no jantar, de segunda a quinta-feira

Apoio

Instituto

JUSTIÇA & CIDADANIA